

AquiMeEncontro – Alunos internacionais no sistema educativo português do ensino básico e secundário

Ana Mouraz, Ana Patrícia Almeida & Irina Borges
Universidade Aberta

Sumário executivo

Problema: O papel das escolas na integração de imigrantes.

Principais resultados da investigação: Em média, 14% dos alunos dos Agrupamentos de Escolas (AE) portugueses são de origem internacional. Se há AE onde essa presença fica diluída nas turmas, há escola cuja população estudantil ultrapassa os 40%. Como é que as Escolas lidam com tamanha diversidade? O projeto AquiMeEncontro quis inventariar as práticas pedagógicas implementadas pelas escolas públicas portuguesas para promover a integração de alunos internacionais e depois analisar com mais detalhe algumas dessas práticas para entender o seu potencial transformador. Das 126 respostas recebidas dos AE, constata-se que 86% das práticas de acolhimento se concentram no currículo informal e que apenas 72% apresentam um carácter sistémico. Também se constatou que todos as Direções dos AE estão sensibilizadas para a temática, 92% dizem monitorizar a eficiência das atividades desenvolvidas, mas apenas 69% organizaram formação para os seus professores e apenas 56% articula os seus esforços com outras entidades. Adicionalmente, os 13 estudos de caso realizados evidenciam a diversidade de abordagens, sobretudo de carácter curricular, socioemocional e intercultural, fazendo emergir uma ética do cuidado que justificam o seu sucesso.

Principais alternativas e recomendações de política educativa: As recomendações vão no sentido de serem sustentáveis, integradas e capazes de assegurar a transformação de políticas nos seus diferentes níveis de aplicação (macro, meso e micro) de que é exemplo o pacote de sustentabilidade.

Destinatários: Ministério da Educação, Ciência e Inovação | Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Autarquias | Comissões Intermunicipais | Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas

Enquadramento

Portugal enfrenta um dilema histórico. Num país envelhecido e em declínio demográfico, a diversidade cultural e linguística trazida pelas migrações deixou de ser exceção: é já uma condição estrutural e irreversível do nosso futuro coletivo. Entre 2018/19 e 2022/23, o número de alunos filhos de pais estrangeiros em escolas públicas duplicou, crescendo de 53 mil para mais de 140 mil - um aumento de 160% em cinco anos (OCDE, 2024; DGEEC, 2023). Em concelhos como Sintra, Amadora, Braga ou Porto, estes estudantes já representam 30 a 40% das turmas (DGEEC, 2023). Este não é um fenómeno passageiro: é a nova realidade da escola pública portuguesa. Todavia, o sistema educativo continua sem uma estratégia nacional clara e articulada para assegurar a plena integração destes alunos. As consequências são inequívocas: as crianças e jovens migrantes têm taxas de retenção quatro vezes superiores às dos colegas portugueses (CNE, 2023), enfrentam barreiras linguísticas persistentes, exclusão social e riscos acrescidos de abandono escolar precoce. A cada ano perdido, desperdiçamos milhares de talentos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do país.

Enquadramento normativo - a lei e a lacuna: Apesar de a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo assegurarem escolaridade obrigatória até aos 18 anos, o Decreto-Lei n.º 54/2018, que define a educação inclusiva, não prevê medidas específicas para alunos internacionais. As normas legislativas têm vindo a acautelar a receção a estes estudantes e a resposta no que diz respeito ao ensino da língua de acolhimento. Todavia, parece faltar uma lógica integradora que promova uma maior articulação entre o ensino da língua e as outras atividades do currículo formal e informal.

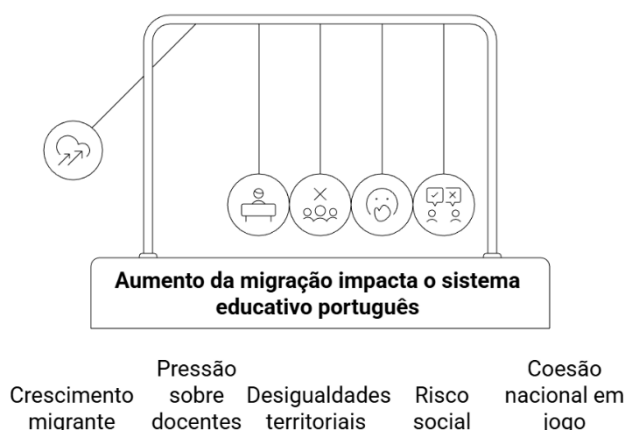
Integração desigual - quando o território define as oportunidades: Existem práticas promissoras de integração: turmas de acolhimento, tutoria entre pares, mediação sociocultural, clubes interculturais e projetos artísticos aumentam o sentimento de pertença e o sucesso escolar dos alunos internacionais. Contudo estas respostas continuam fortemente desiguais, dependendo da iniciativa local, da

disponibilidade de recursos e, muitas vezes, de financiamentos temporários. A ausência de uma estratégia nacional concreta gera disparidades entre escolas e territórios (DGE, 2022).

Problemas centrais identificados: *Barreiras linguísticas persistentes:* milhares de alunos demoram anos a atingir proficiência mínima em português, comprometendo aprendizagens e multiplicando retenções (Cummins, 2001; OCDE, 2018; DGE, 2022); *Fragilidade nas estruturas de acolhimento universal* (CNE, 2023; DGE, 2022); *Défice de formação docente:* cerca de 22 % dos professores do ensino básico e secundário necessitam de formação contínua para trabalharem em contextos multiculturais e multilingues – uma proporção superior à média da OCDE (DGE, 2022). *Risco social elevado:* jovens sem apoio sentem exclusão e falta de pertença, tornando-se mais vulneráveis ao bullying, absentismo e abandono escolar precoce.

O dilema político: Portugal assumiu compromissos inequívocos: no plano internacional a Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989), a Declaração de Incheon (UNESCO, 2015), o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (Comissão Europeia, 2017) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS4 e ODS10). Internamente, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Ministério da Educação, 2017) consagra diversidade e cidadania como competências nucleares. Há uma escolha a fazer: ou se transforma a diversidade num motor de coesão social, sucesso educativo e prosperidade nacional, ou continuar-se-á a reproduzir desigualdades que desperdiçam talento, corroem a coesão social e hipotecam o futuro coletivo. A integração escolar de crianças e jovens migrantes não é apenas uma questão educativa: é uma questão estratégica para a sustentabilidade social, económica e democrática do país. Tais fatores atuam em cadeia, reforçando-se mutuamente e agravando as desigualdades. A **Figura 1** sintetiza este efeito dominó.

Figura 1: Impactos do aumento da migração no sistema educativo português



Principais resultados

Objetivos

Partindo das questões problemáticas identificadas, o projeto AquimeEncontro procurou contribuir para a análise das medidas políticas de integração de alunos internacionais no sistema educativo português. Propôs-se, assim: (i) contribuir para a análise de medidas políticas de integração de imigrantes e refugiados no sistema educativo português, vista a partir das práticas de integração que as Escolas públicas portuguesas foram capazes de pôr em prática; (ii) contribuir para o conhecimento e o reforço dos instrumentos orientados para o acolhimento e a integração de migrantes e refugiados, operacionalizados através de iniciativas no âmbito da formação e educação.

Metodologia

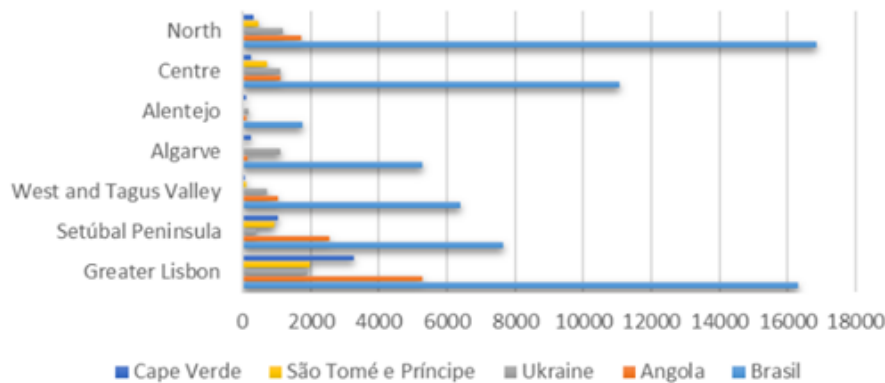
O roteiro metodológico foi estruturado em 3 etapas: Uma revisão da literatura; a conceção e aplicação de um questionário dirigido às direções das escolas e agrupamentos de escolas de Portugal continental; a análise dos

resultados de 13 estudos de caso e o tratamento de dados administrativos fornecidos pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Do questionário, num universo de 811 escolas públicas e agrupamentos de escolas, foram obtidas 126 respostas (15,53%).

Resultados: Panorama dos alunos internacionais registados no SEP no ano letivo 2022/2023

No ano letivo de 2022/2023 frequentavam o Sistema Educativo Português (rede pública e privada), **140343** alunos internacionais, de **189 nacionalidades diferentes**. Em 2023/2024, este número de alunos internacionais aumentou para **144595**. As nacionalidades com maior prevalência no Sistema Educativo Português são a Brasileira (65862 estudantes - 5,47%), a Angolana (12180 estudantes - 1,01%), a Ucrânia (6591 estudantes - 0,55%), S. Tomé e Príncipe (5586 estudantes - 0,46%) e Cabo Verdiana (5494 estudantes - 0,46%) e que se distribuem por NUT2, como podemos ver na **Figura 2**.

Figura 2: Distribuição das 5 nacionalidades com maior prevalência por NUT2

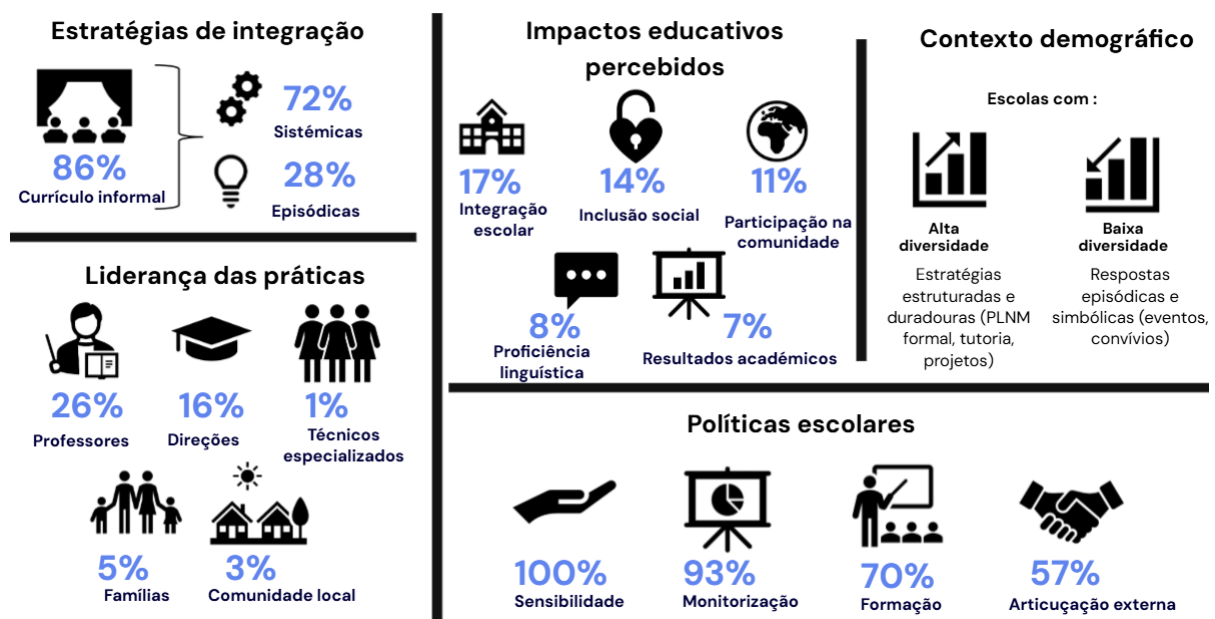


Integração de alunos internacionais: evidências do questionário

As escolas mobilizam uma pluralidade de estratégias para a integração de alunos internacionais, que incluem o acolhimento inicial, o ensino de PLNM, a tutoria entre pares, a mediação cultural, projetos artísticos e iniciativas de natureza socioemocional. Os resultados do inquérito, sintetizados na **Figura**

3, revelam que estas práticas se distribuem entre diferentes dimensões: estratégias de integração, impactos educativos percebidos, liderança das práticas, contexto demográfico e políticas escolares. A leitura conjunta dos dados evidencia a diversidade das respostas, os seus limites estruturais, a prevalência de iniciativas no currículo informal ou o carácter episódico de muitas ações.

Figura 3: Resultados do questionário sobre integração de alunos internacionais.



Práticas felizes da integração de alunos internacionais nas escolas portuguesas

Como referido, o projeto integrou a realização de treze estudos de caso em escolas de diferentes territórios educativos, identificados como espaços privilegiados de observação das práticas em curso. Os estudos permitiram compreender em maior profundidade como as orientações nacionais para a inclusão e a diversidade se traduzem no quotidiano escolar, revelando dinâmicas e práticas locais felizes, constrangimentos institucionais e estratégias pedagógicas com impacto direto na integração de alunos internacionais. Esta síntese evidencia a diversidade de abordagens (curriculares, socioemocionais, interculturais e socioeconómicas), ilustrando respostas inovadoras e contextuais ao acolhimento de estudantes internacionais. A integração plena de alunos internacionais nas escolas portuguesas pode ser representada como uma escalada: um percurso exigente, marcado por obstáculos que precisam de ser ultrapassados para que se alcance o sucesso educativo. Os desafios identificados na **Figura 4** são pontos

críticos de apoio e de tensão ao longo do trajeto.

Figura 4: Desafios-chave à inclusão escolar de alunos internacionais, representados como obstáculos a ultrapassar no percurso educativo



Alternativas políticas e recomendações políticas

Alternativas

Do inventário das práticas felizes foram identificadas as seguintes opções alternativas cujos argumentos se elencam:

1) Criação de turmas específicas que apenas integram alunos internacionais vs inclusão nas turmas existentes

Figura 5: Modelos de acolhimento de alunos internacionais: turmas específicas vs. integração em turmas regulares, com principais vantagens e riscos

Turmas de acolhimento de alunos internacionais	
Específicas (apenas de alunos internacionais)	Mistas (integração em turmas regulares)
Úteis em casos de desconhecimento total da língua de escolarização.	Favorecem a convivência intercultural e a inclusão social imediata.
Justificadas em situações de acolhimento coletivo e excecional (ex.: grupos de refugiados da mesma origem geográfica)	Requerem apoios pedagógicos diferenciadas (PLNM, tutoria, mediação cultural).

Devem ter duração limitada (≤ 1 ano), funcionando como período de transição.	Necessitam de recursos adicionais (docentes especializados, técnicos, materiais).
Enfoque no PLNM e adaptação curricular em áreas disciplinares-chave.	Envolvem desafios de adaptação curricular, sobretudo para alunos dos PALOP e do Brasil, cujas dificuldades decorrem mais de diferenças curriculares e graus de exigência do que da língua.
Risco de segregação se prolongadas ou sem planeamento adequado.	Podem beneficiar de turmas de nível em disciplinas específicas, temporárias, inspiradas em práticas anteriores dos TEIP (Turma +).

2) Reforçar a contratação de mediadores culturais vs reduzir as turmas e dar mais formação aos professores das turmas com estudantes internacionais

Figura 6: Contratar mediadores culturais vs. reduzir turmas e formar professores: opções e trade-offs

Cenários de resposta à diversidade escolar com foco no desenvolvimento integral do estudante

Reforçar a contratação de mediadores culturais	Reduzir as turmas e formar professores
Reforço das equipas de acolhimento, em escolas com muitos alunos internacionais.	Menor dimensão das turmas facilita acompanhamento individualizado.
Ponte de comunicação entre escola, famílias e comunidades internacionais.	Formação contínua em educação intercultural e PLNM para docentes.
Apoio cultural e relacionais à integração de estudantes internacionais.	Promoção da inclusão curricular sem dependência excessiva de mediadores.
Contributo para uma cultura de escola inclusiva e responsiva.	Interação e socialização privilegiada entre pares.
Necessidade de definição clara de funções e limites de intervenção.	Maior sustentabilidade, mas exigente em recursos humanos e financeiros.

3) Fazer mais formação de professores sobre diferenciação curricular vs organizar esquemas de apoio aos professores que tenham uma dimensão de investigação e de partilha de práticas felizes

Figura 7: Formação docente em diferenciação curricular vs. apoio colaborativo e investigativo

Estratégias de capacitação docente para a integração de alunos internacionais

Mais formação em diferenciação curricular	Esquemas de apoio com investigação e partilha de práticas
Reforço formal da oferta de cursos e workshops de curta duração	Promoção de comunidades de prática e redes colaborativas entre docentes.
Atualização teórica em metodologias de diferenciação.	Valorização do professor como investigador das suas próprias práticas.
Pode ser pouco atrativo para docentes com longa experiência.	Maior pertinência e motivação, por responder diretamente a problemas do quotidiano escolar.
Risco de acumulação de formações pouco articuladas com o contexto real.	Produção e difusão de “práticas felizes” replicáveis em outros contextos.
Impacto limitado se não for acompanhado de apoio institucional.	Requer coordenação ativa de departamentos e redução da carga horária para supervisão.

Recomendações

As recomendações propostas, decorrem dos resultados obtidos e reportados no e-book dos Estudos de caso (Mouraz *et al.*, 2025),

constituem caminhos de transformação, deverão ser trabalhadas em conjunto com as escolas e outros níveis da administração do sistema educativo, assegurando a

racionalidade e as emoções dos atores envolvidos.

Nível Macro – Configuração das políticas públicas nacionais / Administração Central

1- A designação oficial dos alunos estrangeiros deve ser “aluno internacional”, como é no ensino superior. O peso simbólico do termo “imigrante” é negativo ao invés do cosmopolita “internacional”.

2- Formação de líderes, de topo e intermédios, para exploração de ofertas curriculares adaptadas aos alunos internacionais, através de projetos de intervenção inter-escolas e em contexto local.

3- Divulgação periódica de práticas bem-sucedidas na integração de alunos internacionais nas escolas, nomeadamente através da criação de um Observatório para a Integração de Alunos Internacionais.

Nível meso - Configuração das políticas regionais e locais / Administração Regional, Local e Instituições educativas

4- No âmbito da descentralização de competências em educação, propõe-se a criação, ao nível das autarquias, de redes de apoio e de recursos inter-escolas/agrupamentos com proximidade geográfica e outros parceiros (públicos, associativos e privados) que atuam nas mesmas comunidades.

5- Desenvolvimento de um protocolo de monitorização das práticas de integração de alunos internacionais nas escolas portuguesas, em colaboração com as autarquias.

6- Criação de um manual de acolhimento em cada escola, que constitua um dos instrumentos de gestão da Escoa /AE, que descreva os percursos de acolhimento nas

suas diferentes fases, os atores envolvidos e as suas responsabilidades, que possa, numa versão curta, ser traduzido para as línguas dos alunos internacionais que a escola acolhe.

7- Atribuição da responsabilidade de supervisão do trabalho curricular com alunos internacionais aos coordenadores de departamento, reduzindo a sua carga letiva de acordo com as responsabilidades.

8- Reconceptualização do PLN, de modo a que funcione como uma porta de entrada no currículo, articulado com as disciplinas nucleares e garantindo uma integração académica e social sustentável.

9- Articulação entre os programas de acolhimento para crianças e alunos e os programas oferecidos localmente aos seus familiares adultos. Tais articulações aprofundam a colaboração com as comunidades migrantes, diminuindo medos, e desenvolvendo soluções efetivamente partilhadas.

10- Reforço da formação de docentes e não docentes, de forma a potenciar a sua capacidade de atuação e promover o otimismo académico (Lelieur, Vanhoof & Clycq, 2024).

11- Conção de mecanismos de participação ativa dos alunos no planeamento e implementação da inclusão dos seus pares internacionais nas escolas, promovendo assim a inclusão de todos.

Nível Micro - Configuração das práticas locais / Instituições educativas e seus agentes

12- Desenvolver iniciativas de aprendizagem conjuntas – atividades de projeto, que possam fazer participar, em pé de igualdade, alunos de todas as nacionalidades.

Conclusões

Investir em políticas nacionais para a inclusão de alunos internacionais é uma estratégia com visão de futuro, que previne o abandono escolar precoce, reduz desigualdades e valoriza o talento de crianças e jovens que

fazem parte do presente de Portugal. A adoção de uma política estruturada, suficientemente partilhada pelas escolas para garantir a sua sustentabilidade, transforma a diversidade num motor de inovação e equidade. A análise

demonstra que, apesar da pluralidade e inovação das práticas locais de integração de alunos internacionais, muitas permanecem episódicas e dependentes da iniciativa individual, comprometendo a sua continuidade. Persistem igualmente lacunas na coordenação entre níveis de governação, na monitorização sistemática e na avaliação externa das escolas, o que limita a eficácia e a replicabilidade dessas práticas. Propõe-se, por isso, a criação de um **Pacote de Sustentabilidade**, estruturado em quatro pilares:

1.Diagnóstico local sistemático, conduzido pelos municípios em parceria com escolas e atores comunitários, sustentado em indicadores multidimensionais relacionados com os indivíduos (sucesso educativo, sentido de pertença...) e com as entidades do território (iniciativas interculturais...).

2.Barómetro Local para a Integração Educativa (BLIE), concebido como

observatório local atualizado regularmente, permitindo monitorizar questões-chave da inclusão (em desenvolvimento pela equipa do projeto, previsto o seu lançamento em junho de 2026).

3.Avaliação externa das escolas com dimensão específica para a integração de alunos internacionais, garantindo responsabilização e a sustentabilidade local das práticas inclusivas.

4.Sustentabilidade sistémica, assegurada através de financiamento plurianual (gerido ao nível da governação local) e de mecanismos estáveis de governação multinível (micro, meso e macro).

Este pacote reforça a articulação entre as escolas, os territórios e as políticas nacionais, constituindo um instrumento estratégico para garantir equidade, continuidade e inovação na resposta à crescente diversidade cultural e linguística das escolas portuguesas.

Referências

- [1.] Conselho da Europa. (2018). *Relatório da ECRI sobre Portugal*. Estrasburgo: ECRI Secretariat Directorate General II – Democracy, Council of Europe. <https://rm.coe.int/fifth-report-on-portugal-portuguese-translation-/16808de7db>
- [2.] Conselho Nacional de Educação. (2023). *Estado da Educação 2023*. Lisboa: CNE. https://www.cnedu.pt/content/EE2023/Versao_Integr al/EE2023.pdf
- [3.] Cummins, J. (2001). Bilingual children's mother tongue: Why is it important for education? *Sprogforum*, 7(19), 15–20. https://www.academia.edu/28652092/Bilingual_Childr ens_Mother_Tongue_Why_Is_It_Important_for_Educ ation
- [4.] Despacho n.º 2044/2022. (2022). Estabelece normas destinadas a garantir o apoio aos alunos cuja língua materna não é o português. *Diário da República*, 2.ª série.
- [5.] Direção-Geral da Educação. (2022). *Diversidade, equidade e inclusão: Relatório nacional 2022*. Lisboa: Ministério da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInclusiva/diversidade_equidade_e_inclusao_2022.pdf
- [6.] Direção-Geral da Educação. (2024). *Inclusão de alunos migrantes em meio educativo*. Lisboa: DGE. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/E_Basico/PLNM/inclusao_de_alunos_migrantes_em_m eio_educativo.pdf
- [7.] Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2023). *Perfil escolar de alunos filhos de pais com nacionalidade estrangeira 2022/23*. Lisboa: DGEEC. ISBN 978-972-614-840-1
- [8.] Lelieur, R., Vanhoof, J., & Clycq, N. (2024). Explaining academic optimism in schools: The impact of performance leadership and alignment between teachers, students, and parents. *International Journal of Educational Research*, 128, 102477. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2024.102477>
- [9.] Martins, S. da C., Sebastião, J., Abrantes, P., & Rodrigues, M. de L. (2018). Desigualdades e políticas educativas: Portugal no contexto europeu. In R. M. Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. C. Martins, & A. F. da Costa (Orgs.), *Desigualdades sociais: Portugal e a Europa* (pp. 7–22). Lisboa: Mundos Sociais.
- [10.] Ministério da Educação. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa: ME. <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>
- [11.] Mouraz, A.(Org)(2025). *AquiMeEncontro: Estudos de caso*. Universidade Aberta, <https://doi.org/10.34627/hr77-yg61>
- [12.] Organização das Nações Unidas. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova Iorque: ONU. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2015). *Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action for the implementation of Sustainable Development Goal 4*. Paris: UNESCO. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2024). *Education at a Glance 2024: OECD indicators*. Paris: OECD Publishing.



COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Mouraz, A., Almeida, A. P., & Borges, I. (2026). *AquiMeEncontro – Alunos internacionais no sistema educativo português do ensino básico e secundário*, S4P-23 Policy Brief 5625/2023. PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026

 [Ciência para as políticas públicas](#)

 [PLANAPP](#)

 [Newsletter](#)

 [PLANAPP](#)

 [@planapp](#)

 [PLANAPP podcasts](#)



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2024 (S4P-24): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-24/04: As Pessoas Primeiro / O papel das escolas na integração de imigrantes.

O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula nem compromete o PLANAPP nem a FCT.